

## ACTA N.º 41/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.12.07

1 -----Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta vila de Bom-  
2 barral e salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião  
3 extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presi-  
4 dente da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, do senhor vice-presidente João Carlos  
5 Barreiras Duarte e dos senhores Vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro  
6 Martins, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, José João Jesus Ferreira, Maria  
7 Teresa Rodrigues Faustino e Bruno António Martins Santos. -----

8 -----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando  
9 Carreira Taborda Ferreira.-----

10 -----Esteve igualmente presente a senhora Chefe da Divisão Financeira Regina  
11 Paula Jesus Aires.-----

12 -----Pelos 14.30 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

### ORDEM DO DIA

#### 1364. ORÇAMENTO E PPI PARA 2007: -----

15 -----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara disse que o objectivo da  
16 reunião de hoje é apreciarem os documentos propostos, realizando-se a votação na  
17 próxima segunda-feira, solicitando que este seja o primeiro ponto da ordem do dia da  
18 reunião respectiva. O orçamento proposto à Câmara Municipal aponta já de forma  
19 mais clara aquilo que são os objectivos e prioridades do concelho, sendo um deles a  
20 consolidação orçamental. Para fazer face aos novos desafios do QREN é necessário a  
21 Câmara Municipal estar em condições de lhes dar resposta. Do ponto de vista urbanís-  
22 tico querem um concelho mais agradável e onde as pessoas se sintam melhor. Estão  
23 a ser dados impulsos para que os planos urbanísticos avancem. A informação que tem  
24 é que o governo quer os PDM's revistos no prazo de um ano. Querem preservar a  
25 ruralidade para marcar a diferença, mas também abrir a hipótese para a instalação de  
26 empreendimentos turísticos. Outra aposta forte é na educação, tendo o município  
27 assumido fortemente a sua parte do ponto de vista financeiro. Outra prioridade é a  
28 reformulação da rede escolar, mas que está dependente da existência de uma carta  
29 educativa. Outra área fundamental é a acção social, onde se aumenta de forma bas-  
30 tante vincada o investimento. Na última assembleia geral da AMO foi reassumida a  
31 vontade desta avançar com um parque industrial. Aparece também aberta a requalifi-  
32 cação do planalto das Cezaredas numa perspectiva integrada e multimunicipal. A  
33 AMO está a trabalhar num projecto para aderirem a uma empresa intermunicipal para  
34 aderirem a uma empresa intermunicipal que intervenha nas águas em baixa e esgotos.  
35 Outro aspecto é a modernização administrativa, com a operacionalização dos serviços  
36 da Câmara, reorganizando-os e motivando os funcionários para que a máquina se tor-  
37 ne mais eficiente. E para isso fizeram uma candidatura ao programa FORAL prevendo  
38 a formação dos funcionários para se prepararem para os novos desafios visando che-  
39 gar-se à certificação de qualidade. Isto tem de ser feito de forma paulatina para que os  
40 agentes estejam com a mudança e se sintam bem na organização. O que têm pro-  
41 gramado em termos de receita no orçamento para 2007 é possível de acontecer. Se  
42 se concretizar um negócio em desenvolvimento, realizam mais de 60% do que é o  
43 objectivo em termos de venda de terrenos. -----

44 ----- INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins disse que ainda bem que  
45 o senhor Presidente da Câmara tomou a iniciativa de passar a votação destes docu-

## ACTA N.º 41/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.12.07

46 mentos para segunda-feira, porque não estava disponível para votar hoje qualquer  
47 documento. Lamenta que o primeiro documento tenha sido entregue à 15 dias e só  
48 ontem e anteontem tenha havido reuniões com os partidos. Sabe o que impediu o  
49 senhor Presidente da Câmara de reunir mais cedo, mas o senhor vice-Presidente e o  
50 senhor vereador a tempo inteiro podiam ter feito esses esforços. Não pode fazer gran-  
51 des considerandos sobre o documento mas registou quando o senhor Presidente da  
52 Câmara disse que este era um documento de consolidação orçamental, sendo pena  
53 que tenha substituído a palavra contenção, porque devia manifestamente ser um  
54 documento de contenção. Quanto à aposta na qualificação urbana, pelo que teve  
55 oportunidade de ver, parece-lhe uma aposta tímida, porque há uma tentativa de colo-  
56 car essa requalificação para os últimos dois anos do mandato, o que priva o município  
57 da resolução do problema e isso é grave porque as nossas populações já têm sido  
58 martirizadas com a situação da falta de qualidade em que se encontra o território, pelo  
59 que deveria ter sido a prioridade. É fundamental que haja qualidade de vida porque de  
60 facto ela não existe a nível urbanístico, de equipamentos ou dos serviços que esta  
61 Câmara Municipal presta e isso é um factor de afastamento das populações. O desen-  
62 volvimento turístico continua a ser uma prioridade mas verifica-se que a aposta em  
63 termos de orçamento no turismo corresponde a € 135.262, em que € 10.000 são para  
64 outdoors turísticos, questionando o que se irá lá colocar porque o que temos é muito  
65 pouco e nos anos seguintes não se vislumbra qualquer verba para turismo. Vem outra  
66 vez à baila a batalha da Roliça que tem € 5.000 para 2007 e zero para os anos restan-  
67 tes. A comemoração do bicentenário da batalha da Roliça podia ser bem aproveitada  
68 como grande atracção turística ao longo do ano, mas isso não se faz com € 5.000.  
69 Podia-se arranjar mais algum dinheiro se o senhor Presidente da Câmara não tivesse  
70 trocado contenção por consolidação. Quanto ao protocolo de delegação de competên-  
71 cias nas Juntas de Freguesia se bem se lembram mantém-se a mesma verba do ano  
72 anterior, o que entendem ser um erro. Este orçamento devia ter sido muito mais parti-  
73 cipado pelas Juntas de Freguesia e se o tivessem feito colocando-se a possibilidade  
74 de através da delegação de competências se aliviar os custos da autarquia, este orça-  
75 mento seria diferente. Em Maio tinham todos algumas ligeiras expectativas quanto à  
76 possibilidade da realização de alguma receita da venda de terrenos mas o que se con-  
77 cretizou foi zero. O PS tudo fará para que de acordo com a legislação essa receita se  
78 concretize mas todos sabem o tempo que as coisas levam. Em 2006 o senhor Presi-  
79 dente da Câmara disse que não era o seu orçamento, mas este é o orçamento do  
80 senhor Presidente da Câmara limitado pelas circunstâncias. Sabem todos que estas  
81 verbas nunca serão cumpridas a 50%. Se se concretizassem a 50% já era muito bom.  
82 Este é o orçamento do senhor Presidente da Câmara, mas não é o orçamento do PS.  
83 Não sabe mesmo se haveria a possibilidade de propor alterações, mas do ponto de  
84 vista de quem está a exercer a condução da gestão da Câmara o orçamento não é só  
85 em função de rubricas pontuais, tem a ver com uma política global e estruturante.  
86 Estão muito longe de poderem chegar a uma solução que pudessem dizer que este  
87 era o seu orçamento. -----  
88 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que num controlo rigoroso do pon-  
89 to de vista orçamental tentaram aproximar o orçamento da realidade. O orçamento  
90 relativamente ao ano anterior tem redução dos valores globais. Ao fazerem a consoli-

## ACTA N.º 41/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.12.07

91 dação do orçamento puseram as obras que efectivamente é possível concretizar. Se  
92 quiserem criar festas para as pessoas virem e irem embora é preciso mais dinheiro,  
93 mas do ponto de vista estrutural é necessário arranjar mecanismos para que a iniciati-  
94 va privada possa fazer investimentos no nosso território. Aparece uma verba para a  
95 requalificação urbana que é atractiva para o nosso concelho e o projecto para as  
96 Cezaredas como grande centro de atracção para a nossa região. Quanto à batalha da  
97 Roliça começou-se a trabalhar atempadamente com a Câmara Municipal da Lourinhã  
98 e a Junta de Freguesia do Vimeiro. A partir de Outubro as actividades começam-se a  
99 desenvolver de forma gradual, sendo 2008 o ano forte, mas como é despesa corrente  
100 não podem prevê-la já. No orçamento de 2005 tinha sido duplicada a verba para as  
101 Juntas de Freguesia, tendo os senhores Presidentes de Junta de Freguesia com-  
102 prendido que na actual conjuntura era difícil mais. -----  
103 **AUSÊNCIAS:** Pelas 16.00 horas ausentou-se da reunião o senhor vereador Gabriel  
104 Martins.-----  
105 -----**INTERVENÇÃO:** A senhora vereadora Teresa Faustino disse que se os núme-  
106 ros que estão no plano de actividades são consensuais e não existe empolamento nas  
107 receitas como nos anos anteriores, embora haja divergência de algumas opiniões mas  
108 não as suficientes para se considerar este um mau documento. A CDU considera que,  
109 pela experiência que tivemos este ano, o PSD não demonstrou ter conseguido concre-  
110 tizar o plano de 2006 e não mudou a atitude da Câmara. O PSD nas últimas eleições  
111 prometeu que ia mudar muita coisa, mas passou-se um ano e o caminho não se inver-  
112 teu. O que mudou foi muito pouco. Lembrou que a CDU já reprovou na Assembleia  
113 Municipal orçamentos com boas intenções, porque eram meros planos de intenções.  
114 Um plano de actividades para valer a pena e criar uma perspectiva de desenvolvimen-  
115 to e ser consequente tem que contar com grande empenho político de quem o vai exe-  
116 cutar. O poder político tem de empenhar todo o pessoal da autarquia na execução do  
117 plano. O pessoal não se pode limitar a fazer o que lhe mandam naquele dia, precisan-  
118 do de saber qual é o plano e ter metas a cumprir. É necessário que o pessoal da  
119 autarquia saiba quais são os objectivos. Outra questão é o acordo com as Juntas de  
120 Freguesia. A Câmara Municipal ter uma boa relação com as Juntas de Freguesia não  
121 é igual a ter coordenação com as Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal não pode  
122 fazer planos num sentido e as Juntas de Freguesia fazerem planos que não se coor-  
123 denem. Um plano só é positivo se estiver coordenado com as Juntas de Freguesia.  
124 Pessoal e Juntas de Freguesia são elementos chave para que um plano seja conse-  
125 quente. A parte dos números até pode ser ajustável tendo em conta a contenção  
126 financeira, agora a nota introdutória tem de ser mais bem explicada e mais clara  
127 assumindo os objectivos concretos para 2007. Este plano e orçamento não podem  
128 limitar-se a ser mapas estatísticos. Um plano de actividades é outra coisa onde se  
129 explique com o máximo rigor o que se pretende fazer e as acções práticas. Isto é um  
130 documento técnico com uma lambuzadela política. A Divisão Financeira fez um bom  
131 trabalho, falta agora a parte dos políticos.-----  
132 ----- **INTERVENÇÃO:** O senhor vereador Bruno Santos disse concordar com a  
133 necessidade de haver um consenso o mais alargado possível, porque o orçamento e  
134 PPI são documentos vitais para a autarquia. Se calhar não tiveram o tempo necessário  
135 para que isso acontecesse. Tem a convicção de que será possível haver um consenso

## ACTA N.º 41/2006 – Reunião extraordinária do dia 2006.12.07

136 mais alargado em torno deste orçamento. -----  
137 -----O senhor Presidente da Câmara disse que as intervenções que ouviu hoje são  
138 correctas em qualquer Câmara Municipal do país, basta ler os órgãos de comunicação  
139 social e ver o que as oposições dizem. No que respeita ao PPI está de forma clara o  
140 que se pretende para o concelho de forma sustentada. Estão a ser dados passos para  
141 que a organização municipal seja mais eficiente. Lembrou que os documentos em  
142 apreciação já tinham sido distribuídos há mais de semana e meia e poderia ter havido  
143 propostas como houve no caso concreto do PS. Todas as sugestões feitas pelo PS  
144 foram integradas no orçamento. Todos têm as suas diferenças mas têm responsabili-  
145 dades a que não podem fugir. Se a luta pelo poder se sobrepuser aos interesses do  
146 concelho, espera que não se volte a adiar os objectivos do concelho. Mais uma vez  
147 manifesta disponibilidade para receber as sugestões que entenderem para haver um  
148 consenso na base da governabilidade para termos um concelho com mais qualidade  
149 de vida. -----  
150 ----- INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino referiu que quando o  
151 senhor Presidente da Câmara diz que não se volte a adiar o desenvolvimento do con-  
152 celho, tem inteira razão mas o motor em termos de resultado eleitoral compete em  
153 primeira instância ao Presidente da Câmara e ao PSD. Não deve haver tentativa de  
154 passar a grande responsabilidade para a oposição porque essa é sempre de quem  
155 governa. Chamou a atenção que no documento não estão todas as correcções que o  
156 PS fez porque tinham muito mais para dizer. Só na segunda-feira é que estão disponí-  
157 veis para votar este orçamento e PPI. -----  
158 -----  
159 -----Pelas 17.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que  
160 depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2  
161 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo  
162 funcionário municipal que a lavrou.-----  
163  
164 O Presidente da Câmara:  
165  
166 O Funcionário:  
167